

## O suicídio no contexto dos processos de civilização

Washington Oliveira Brandão<sup>1</sup>, Eleonora Arnaud Ferreira<sup>2</sup> e  
Adrielle Cardoso Sussuarana<sup>3</sup>

1 Doutorando pela UFPA - Comportamento Suicida. Mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Gerontologia. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Graduação em Administração de Empresas pela União das Escolas de Ensino Superior do Pará. Professor da Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: brandao@unifap.br

2 Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília. Mestrado em Aprendizagem e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Aposentada em 2013 como Professora Associada 4 pela Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: eleonora@ufpa.br

3 Psicanalista em formação pelo CPMG (Círculo Psicanalítico de Minas Gerais/ Polo Belém-PA). Graduada em Psicologia pela Faculdade Estácio SEAMA. Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) e em consultório particular, Brasil. E-mail: brandao@unifap.br

**RESUMO:** Suicídio é um processo pelo qual a pessoa dá fim a própria vida de maneira voluntária e deve ser compreendido correlacionado a diversos fatores, dentre os quais a fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. Este artigo objetivou caracterizar o suicídio a partir da análise dinâmica das transformações nos costumes sociais proposta por Norbert Elias. Para isto, fez-se um levantamento das obras primárias de Elias as quais sistematizam o que ele denominou de Processos de Civilização bem como dos seus principais comentadores de publicações sociológicas e publicações da análise do comportamento. Os resultados indicam que fatores de risco para o cometimento do suicídio podem se encontrar dentro de um quadro sustentado pelas consequências “indesejadas” do individualismo e da autonomia historicamente desenvolvidos. A perda da experiência plena da interdependência e da coesão, consequência dos processos de civilização, pode ser um preditor importante para a manutenção do risco de suicídio.

**Palavras-chave:** suicídio; civilização; emoções.

### Suicide in the context of process of civilization

**ABSTRACT:** Suicide is a process by which a person gives his life so voluntarily and must be understood in correlation to several factors, among which biological, psychological and socio-cultural. This article aims to characterize suicide from the dynamic analysis of changes in social mores proposed by Norbert Elias. For this, we carried out a survey of primary works of Elias which systematize what he called the Civilizing Process and its main sociological commentators and publications that describe the social mores and publications of the behavior analysis. The results indicate that the risk factors for committing suicide are within a framework supported by the “unintended” consequences of individualism and autonomy historically developed. The loss of the full experience of interdependence and cohesion, a result of process of civilization, can be an important predictor for maintenance of the risk of suicide.

**Keywords:** Suicide; Civilizing Process; Control of Emotions

## 1 INTRODUÇÃO

O comportamento das pessoas e o entendimento do porque as pessoas fazem da maneira que procedem e das consequências produzidas por estas ações são frequen-

temente analisados por diversas disciplinas científicas. Alguns desses campos de estudo afirmam que, para se entender as ações humanas não há como desarticulá-las do seu contexto de vida. A Psicologia se estrutura historicamente com esta base e, além disso, seu desenvolvimento como campo de conhecimento requer a articulação entre o fazer empírico, o saber técnico e o campo conceitual. Neste sentido, como salientava Wundt, a Psicologia deve buscar interlocução com outras disciplinas científicas para com isso obter uma descrição mais integrada dos fenômenos humanos e, com isso, o desenvolvimento de seu próprio modelo explicativo (Tourinho, Carvalho-Neto & Neno, 2004). Essa articulação pode ser estabelecida de forma clara com a Sociologia e em particular com a Sociologia Figuracional de Norbert Elias (1897-1990), pois esta enfatiza que, com o advento da sociedade moderna, a mudança nos costumes fez emergir a noção especial de interioridade e de “vida psicológica” para as pessoas (Tourinho, 2006).

Este artigo pretende caracterizar o fenômeno do suicídio sob a perspectiva do que Norbert Elias denominou de Processos de Civilização. Utilizou-se como base as suas obras primárias e as de seus comentadores acerca da mudança nos costumes sociais ao longo da história compreendida entre a Antiga Roma e a Modernidade, em particular aquelas que discutem a noção de controle das emoções e o desenvolvimento da autonomia e do autocontrole.

## 2 NORBERT ELIAS E OS PROCESSOS DE CIVILIZAÇÃO

A justificativa pela adoção da sociologia de Elias para realizarmos a interface com o tema da saúde mental em um estudo acerca do comportamento suicida, tradicionalmente um campo atrelado à Psiquiatria e à Psicologia, ocorre pelas seguintes razões: (a) Elias interpreta os fenômenos psicológicos como relações do homem com o mundo; (b) as variáveis culturais relevantes e as perspectivas diversas de interpretação dessas variáveis que afetam o comportamento das pessoas são articuladas considerando um processo histórico; (c) examina como se deram as transformações nas relações interpessoais que levam o homem moderno a se ver como indivíduo autônomo; e (d) revela a existência de mecanismos de controle individual ativados pelo coletivo, dando ao tema da subjetividade um caráter relacional e não substancial, ou seja, da inconsistência de se considerar os sentimentos como fenômenos internos exclusivamente (Alves, 2009; Tourinho, 2006).

Elias utiliza o método histórico de análise de longa duração e procura, segundo Brandão (2006), “revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos. Para Elias algumas transformações sociais só acontecem após um desenvolvimento que abarque várias gerações” (pp. 85-86). Esse caminho, logicamente, não ocorreu de maneira homogênea, como se o processo histórico fosse uma linha reta. De fato, este processo foi constituído por numerosas flutuações e também por frequentes avanços ou recuos. Para Elias, as passagens de um tipo de

configuração social para outro devem ser entendidas como transições, as quais não podem ser determinadas com absoluta exatidão, devendo também ser entendidas como um processo contínuo, ainda não acabado e sem a possibilidade de definirmos uma causa única (Alves, 2009). Além disso, pode-se considerar uma característica marcante do modo como Elias constitui seu postulado e que o diferencia de outros teóricos (e.g. Marx). Tal característica é que o processo civilizatório tem uma direção, contudo, apenas percebida *a posteriori* (Brandão, 2006).

Gebara (2005) ressalta que “a teoria Elisiana foi escrita originalmente sobre a Europa Ocidental, mas sua abordagem pode ser ampliada para lidar com toda a humanidade, isto é, é aplicável a qualquer sociedade, em qualquer lugar” (p.111). Almeida, Corbett e Gutierrez (2009) acrescentam que se pode observar o processo de civilização em qualquer ambiente cultural, independentemente dos traços históricos entre Ocidente e Oriente, ou mesmo em sociedades que não se desenvolveram tendo como modelo o capitalismo.

É notório que as alterações nos costumes sociais estão diretamente atreladas às mudanças ocorridas por ocasião das transformações do Feudalismo para o Capitalismo. Para Landini (2005), um fator importante e marcante na obra de Elias é o de uma mudança de um liberalismo para um controle maior por parte do Estado Moderno, principalmente no que diz respeito ao controle da expressão da espontaneidade dos seus membros.

No primeiro período do Feudalismo, chamado de primeira época feudal, predominaram forças centrífugas, ou seja, a tendência era a existência do reino formado por pequenos territórios comandados por um enfraquecido poder central. Além disso, Landini (2005) acrescenta que, na época seguinte, a segunda época feudal, predominaram forças centrípetas, quer dizer, a tendência foi à aglomeração e à formação de unidades mais extensas, dominadas por um poder central cada vez mais forte.

Segundo Elias (1993) essa mudança no poder feudal se apresenta com algumas implicações para o modo de vida das pessoas. Uma dessas repercussões diz respeito à necessidade de manutenção de um grau de controle maior sobre alguns aspectos envolvidos no modo como as pessoas se relacionam com seus pares e consigo mesmas.

[...] Em uma sociedade com poder fraco não há nada a que force as pessoas a se conterem. Se o poder central cresce e as pessoas são forçadas a viver em paz umas com as outras, a economia dos afetos também muda paulatinamente, passando a existir uma identificação maior entre elas, além de ataques físicos passarem a ser restrito àqueles que representam a autoridade central ou, em casos excepcionais, àqueles que lutam contra inimigos, internos ou externos, em épocas de guerra ou revolução (Elias, 1993, p 169).

A trajetória percorrida por Elias para estruturar a noção de processo de civilização começa com a análise das relações sociais existentes na sociedade guerreira, percor-

re a sociedade feudal e a sociedade de corte absolutista e termina com o nascimento da sociedade burguesa (Alves, 2009). Nesta análise, o processo de civilização vincula-se com as mudanças ocorridas no grau de interdependência formada pelas pessoas a partir das transformações ocorridas na sociedade e que produziram o surgimento do capitalismo ou da modernidade (Medeiros & Godoy, 2009).

Segundo Elias (1990), a interdependência apresenta duas particularidades importantes para a análise da relação entre as pessoas: (1) “do entrecruzar das ações de muitas pessoas podem emergir consequências sociais que ninguém planejou”; (2) “as relações intencionais de interdependências podem ter sido geradas de interdependências humanas não intencionais” (p. 103). Estas particularidades deixam evidente que o surgimento e desenvolvimento da civilização geraram consequências que estão relacionadas com a manutenção da própria existência da sociedade e também com condições responsáveis pela eliminação dos membros do grupo. O controle da espontaneidade, da impulsividade e da vergonha demarcaria a manutenção da paz nas relações interpessoais.

Essa mesma espontaneidade, impulsividade e vergonha são características do comportamento suicida. Assim, as condições pessoais responsáveis pela manutenção dos riscos de suicídio, como produto ou subproduto, poderiam ser consequências do grau de controle das emoções emergido com o processo de civilização. Sobre este aspecto retomaremos mais adiante.

Elias (1993) afirma que, a mudança nos costumes da sociedade pressupõe que:

[...] O controle efetuado através de outras pessoas é convertido, em vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimento de vergonha, que a regulação de toda vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada (pp. 193-194).

Segundo Gebara (2005), são vitais para a compreensão do processo de civilização, sob o ponto de vista de Elias:

[...] 1) A noção da centralização política, administrativa e controle da paz interna (surgimento do Estado); 2) a existência de um processo de democratização, nivelando e ampliando a organização e o exercício do poder; e 3) o refinamento das condutas e crescente controle e autocontrole nas relações pessoais e sociais, amplificando os processos de autocontrole na regulação de comportamentos (p. 18).

Esses aspectos devem ser entendidos de forma dinâmica, pois é evidente a existência de uma articulação entre o desenvolvimento da sociedade e o advento da noção de indivíduo, uma vez que, para Alves (2009), o plano da obra de Elias é “estabelecer a correlação entre o processo de individuação e a formação dos Estados Nacio-

nais, isto é, segundo Elias a estrutura do comportamento civilizado está correlacionada com a forma de Estado que as sociedades ocidentais se organizaram" (p. 3). Desse modo, ainda segundo Alves, o indivíduo civilizado é o objetivo do processo de evolução humana e "essa evolução dá-se de modo regrado sob orientação das interdependências sociais, na qual está implícita a regulação do comportamento de forma estável e racional, menos guiada pelas paixões e mais interiorizada" (pp. 6-7).

O processo de civilização é de sistematização complexa devido ao fato de que o individual "funde-se" com o coletivo, o privado com o público, o exterior com o interior, a evolução social, política e econômica com a evolução psicológica do indivíduo (Alves, 2009). A proposta eliasiana não separa o indivíduo da sociedade, na medida em que "ninguém duvida que indivíduos formam uma sociedade e que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Não há um abismo que separa indivíduo e sociedade" (Viana, 2001, p. 3).

Nesse contexto, a noção de autoimagem percebida e experienciada pelas pessoas também emerge como resultado das transformações nos costumes da sociedade ocidental e pode ajudar a entender o grau de responsabilidade, o grau das tomadas de decisão em relação a si e de implicação em relação ao grupo, e, por conseguinte, o nível de coesão entre as pessoas. Para Viana (2001), Elias ressalta que essa espécie de "flutuação" no comportamento na direção de si e do grupo pode ser analisada considerando-se dois aspectos, denominados de Identidade-eu e Identidade-nós, isto é, respectivamente, uma espécie de identidade do "eu individual" e a identidade de pertencimento a um grupo ou sociedade.

[...] Daí o conceito fundamental da balança nós-eu, que, em determinada época e lugar, pende mais para um lado ou para outro. Na época contemporânea a balança nós-eu pende mais para a "identidade-eu". Mas, mesmo na época moderna, a balança não pende para o mesmo lado em todos os países, pois, segundo Elias, nos países altamente desenvolvidos a balança pende mais para a "identidade-eu" e nos países "em desenvolvimento" pende mais para a "identidade-nós". Mesmo pendendo para a "identidade-eu", ou seja, para o individualismo, isto continua sendo o produto de uma determinada configuração histórica de uma sociedade. É na sociedade moderna que o individualismo assume um valor maior do que em qualquer outra época histórica da humanidade (Viana, 2001, p.8).

Em uma espécie de *continuum* da relação entre essas identidades, pode-se sugerir que, quanto mais próximo da Idade Média mais parece que as relações entre os membros da sociedade eram vinculadas a experiências de solidariedade e dependência entre as pessoas.

Na Idade Média a função exercida por seus membros eram claramente definida pelo interesse coletivo (clero, senhores e servos), as obrigações eram coletivamente solidárias e as relações estavam diretamente associadas à sobrevivência do grupo (Tourinho, 2009). Áries (1991) afirma, a respeito do grau de interdependência entre

as pessoas na sociedade medieval, que “ninguém tem nada seu, nem mesmo o próprio corpo – que não esteja ameaçado ocasionalmente e cuja sobrevivência não seja assegurada pelo vínculo de dependência” (p.17). Tourinho ainda ressalta que “o que regula a vida cotidiana de homens e mulheres não são projetos pessoais de vida, mas demandas e interesses coletivos, contingências ligadas à sobrevivência e a reprodução do grupo” (p.34). O espaço “privado” apresentava hierarquias e procedimentos de controle. Os segredos da vida “privada” eram partilhados por todos os membros da família ampla; eram frágeis, logo descobertos; a vida privada significava uma independência coletiva, de acordo com Duby (1990). Além disso, para Tourinho, “o conceito de indivíduo não faz sentido nesse tipo de sociedade e os espaços para cultivar vocações, interesses e mesmo gostos pessoais são muito restritos” (p. 35).

Tourinho (2009) acrescenta que, na Idade Média, “se o segredo não é possível, ele também não é necessário, pelo menos não como nas sociedades modernas. Emoções e sentimentos podem ser experimentados de modo mais espontâneo” (p. 37).

A respeito da vida privada e da tomada de decisões, Elias (1994) informa que:

[...] Os homens nessa sociedade (Idade Média) não precisam se ocupar a cada momento de decidir aonde ir, como ir, o que fazer, ou de que modo fazer. Mesmo com respeito ao horizonte de uma vida, há muito menos decisões a serem tomadas e poucas encruzilhadas. Raramente alguém é colocado sozinho diante de uma decisão. Igualmente incompreensível é a possibilidade de uma pessoa deixar de fazer algo que se sintia premida a fazer aqui e agora em nome de uma satisfação que talvez lhe venha dentro de uma semana ou um ano (p. 110).

Neste sentido, Tourinho (2009) acrescenta que:

[...] A reflexão, também, sendo predominantemente oral e coletiva desenvolve-se ao conhecimento dos outros. Contingências sociais dessa ordem, ao contrário, inibem uma concepção individualizada de homem. Não se pode dizer que promovam uma percepção das relações de interdependência, uma vez que raramente o homem é levado a refletir sobre sua condição no mundo. Mas, certamente não reservam lugar para a noção de autonomia (p.38).

Para Elias (1993), sentimentos estão associados às formas civilizacionais assumidas pelas sociedades ao longo da história. A ideia de refinamento dos costumes, do autocontrole emocional e da higiene pessoal e pública surge como ideal da civilização ocidental, ampliando a fronteira entre privado e público, bem diferente dos costumes, e obviamente, dos sentimentos vividos na Idade Média.

Segundo Landini (2005), sob a perspectiva de Elias, esse refinamento dos costumes é resultado de uma transformação que ocorre a partir da dinâmica das classes sociais.

[...] A fim de distanciar-se das outras classes sociais, a classe superior (Nobreza) cria novos padrões de comportamentos, os quais, com o passar do tempo, são adotados pelas outras classes (Burguesia) [...] Com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza – é a essa segunda natureza que Elias se refere quando fala em mudanças na estrutura da personalidade (Lanдини, 2005, p. 3).

Desse modo, parece fundamental visualizar como a relação indivíduo-grupo se configura como unidade. A relação do homem com a vida material e com as condições ou modos de produção em cada época funciona como uma espécie de norteador para o desenvolvimento e manutenção das atitudes individuais em cada sociedade. Um exemplo dessa relação é o que Contamine (2009) chama a atenção ao ressaltar que:

[...] As marcas evidentes das conquistas de uma autonomia pessoal se multiplicam no decorrer do século XII, isto é, no momento em que se acelera a economia, em que o crescimento agrícola chega ao ponto, reanimando estradas, mercados, aldeias, de transportar pouco a pouco para a cidade todos os sistemas de controle e os fermentos de vitalidade, em que a moeda começa a desempenhar no mais cotidiano da vida um papel capital, em que por toda a parte se difunde o uso da palavra ganhar. É então que se descobrem cada vez mais numerosas, menções de arca ou de bolsas nos documentos de arquivos, restos de chaves nos canteiros de escavações, indícios de uma vontade manifesta de guardar para si bens naturalmente móveis, de poupar, de tornar-se assim, menos dependente de seus familiares (p. 131).

A noção de indivíduo passa a existir quando há condições para a sua realização nos diversos domínios da vida. Ao contrário do momento histórico anterior, no qual as relações solidárias de produção caracterizavam o modo de produção, com a sociedade moderna e o desenvolvimento da economia de mercado a noção de indivíduo emergiu. O desenvolvimento de um sentimento de autonomia parece indissociável dessa transformação nos modos de produção. A interdependência vista no Feudalismo passa a configurar-se de maneira mais complexa e sofisticada, disponibilizando condições favoráveis para sua manutenção e desenvolvimento, bem como traz como consequência a autonomia e o que nela está envolvido: escolhas, tomada de decisão, inclusive a realização pessoal e o autocontrole (Elias, 1993; Tourinho, 2009).

Contamine (2009) destaca que, com a noção de indivíduo emerge simultaneamente a valorização da pessoa. Essa valorização é percebida, por exemplo, na evolução do modo como os entalhadores de imagens realizam seu trabalho iconográfico com ênfase dada as expressões dos lábios, dos olhos e da face, a partir do ano de 1125 até o último terço do século XIII, quando irrompe a busca pela semelhança e a “vida” parece penetrar nos rostos e estátuas-colunas.

Elias (1994) descreve claramente essa transformação ao indicar que:

[...] A modificação nos estilos de vida social impôs uma crescente restrição aos sentimentos, uma necessidade maior de observar e pensar antes de agir, tanto com respeito aos objetos físicos quanto em relação aos seres humanos. Isso deu mais valor e ênfase à consciência de si mesmo como um indivíduo desligado de todas as outras pessoas e coisas. O desprendimento no ato de observar os outros e se observar consolidou-se numa atitude permanente e, assim cristalizado, gerou no observador uma ideia de si como um ser desprendido, desligado, que existia independentemente de todos os demais. Esse ato de desprendimento ao observar e pensar condensou-se na ideia de um desprendimento universal do indivíduo (p. 91).

Contamine (2009) acrescenta que esse movimento de fora para dentro parece ser um convite ao desenvolvimento da introspecção, a exploração da própria consciência. Ou seja, parte da experiência humana transporta-se para o interior do indivíduo, em um espaço privado que não tem mais nada de público. Os procedimentos de regulação moral deixam de ser comunitários e obedecem a esse movimento de “privatização”.

Para Elias (1990), o controle das emoções e o aumento de compulsões internas passam a atuar conjuntamente e de forma mais implacável com o processo de civilização. Por consequência, impedem que todos os impulsos espontâneos se manifestem direta e motoramente em ação, sem a intervenção de mecanismos de controle. A civilidade, portanto, proporciona um aumento do autocontrole uma vez que, com essa mudança civilizatória o Estado assume um papel importante no controle da expressão da agressividade por meio de suas agências representantes. A respeito disso, segundo Zimmerman (2008), para Elias “o progresso é relativizado, pois o autocontrole e a conduta normalizada deslocam a tensão para o interior do indivíduo e o aumento do monopólio da violência pelo Estado” (p. 8). Essa tensão interna vivida pelo indivíduo seria condição para a caracterização do grau de saúde mental dos indivíduos.

### 3 SUICÍDIO E PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO

Na Antiga Roma, a vida privada no sentido que temos hoje não era possível quando tratamos dos costumes, pois uma classe dirigente controlava a vida privada de seus membros para o interesse de todos (Veyne, 2009). É a Identidade-nós sugerida por Elias sendo exemplificada, na medida em que ninguém estava isento de prestar conta de sua vida privada diante da opinião pública (Viana, 2001). Decidir era uma ação pública e compartilhada.

[...] Para um pai de família digno desse nome o meio de não ser criticado consistia em reunir um conselho de pares e amigos a fim de submeter à sua aprovação toda decisão privada importante: punir um filho em virtude de



sua autoridade, libertar um jovem escravo, casar-se, repudiar uma esposa indigna, casar-se de novo com ela, suicidar-se – assim o suicídio não seria considerado covardia (Veyne, 2009, p. 160).

A importância das doutrinas filosóficas em Roma se dava no sentido de influenciar a vida social e até a política. Essa relação de influência no contexto da vida em grupo aparece de forma marcante quando Veyne (2009) narra situações que envolvem suicídios no período que compreende o Império Romano e o ano Mil, como no trecho a seguir:

[...] A impregnação filosófica da classe letrada mesmo entre os membros que as seitas não atraem, é proporcional a sua capacidade de reflexão sobre si mesma, a um desdobramento; um traço dos costumes prova o processo dessa aculturação: a frequência dos suicídios refletidos. O suicídio do senador que sabe que o imperador se prepara para acusá-lo e condenar à morte; suicídio do enfermo ou do velho que deseja uma morte digna ou mais branda que suas enfermidades: tais mortes voluntárias eram admitidas e até admiradas; a coragem do enfermo que foge ao sofrimento no repouso eterno era altamente louvada pelos próprios filósofos, pois o suicida firmara com seu sangue uma ideia filosoficamente exata: só conta o valor do tempo vivido, que sua extensão não multiplica. A vida privada encontra refúgio no autocontrole, nos dois sentidos da palavra: ter a força de dispor da própria vida e reconhecer seu direito soberano sobre ela, em lugar de submeter-se à decisão da natureza ou de um deus. No repouso eterno da morte, o suicídio sela o ideal de uma tranquilidade privada feita de renúncia aos bens ilusórios (Veyne, 2009, p. 206).

As práticas de suicídio descritas por Veyne (2009) parecem ser amparadas e passam a ter um sentido a partir de parâmetros de uma doutrina filosófica; assim, a existência da ideologia ou das diretrizes de existência do grupo se mantêm. Outro exemplo descrito por Veyne reforça essa ideia: “uma e outra seita prevêem que, se um homem enfermo ou perseguido não pode mais levar uma existência humana em seu grupo ou em sua cidade, o suicídio é o remédio autorizado ou até mesmo recomendado” (p. 185).

Há poucas descrições específicas acerca do fenômeno do suicídio entre o ano Mil e o período após o início da Revolução Francesa, o que é ressaltado por Hunt (2009), que afirma que pouco se sabe sobre os sentimentos íntimos das pessoas entre 1790 e os primeiros anos do século XIX. Essa limitação acerca do conhecimento da vida privada parece descrever um pouco do grau de conhecimento e interdependência mútuos entre as pessoas naquele momento histórico, além de demarcar uma configuração de vida individual voltada para uma maior autonomia e liberdade. A seguinte descrição de Hunt pode ajudar a entender como o suicídio se estabelece nesse contexto:

[...] Sob Napoleão, ocorriam quase 150 suicídios por ano em Paris, em sua maioria por afogamento no Sena. O índice de suicídio entre os homens era três vezes maior ao das mulheres; sem dúvida a proibição da Igreja católica exercia maior influência sobre o sexo feminino. Eram homens e mulheres abatidos, cuja existência já penosa se tornava a cada dia mais difícil, sem esperança de melhora. Deixavam pouca coisa: as roupas que estavam usando e o testemunho de parentes, amigos e vizinhos que iam identificar os corpos. Tudo o que sabemos sobre os seus sentimentos íntimos é que estavam desesperados demais para continuar a viver (pp. 39-40).

Desde o século XVIII, conforme mencionado no Livro IV do Emílio de Rousseau, a adolescência passou a ser considerada como um “período crítico” (Perrot, 2009), como no trecho descrito a seguir.

A adolescência além de ser um perigo para o indivíduo é também um perigo para a sociedade. Em busca de si mesmo o adolescente é narcisista: ele procura sua imagem moral e física. Sente-se fascinado pelo espelho. É o *único* de que fala Max Stirner, tendendo, portanto, desintegrar a sociedade, o que também é enfatizado por Durkheim. Se os jovens se suicidam com facilidade, é porque estão mal integrados nas solidariedades sociais. Além disso, o desejo sexual do adolescente o conduz à violência, à brutalidade e até ao sadismo (por exemplo, com os animais). Ele aprecia a violência e o sangue (Perrot, 2009, p.149).

Percebe-se a desvinculação das relações entre as pessoas daquela interdependência ou solidariedade natural descrita anteriormente e, apesar do aumento do autocontrole, o adolescente parece expressar ações dentro de uma espontaneidade que passa a ser marcante e categorizadora dessa fase da vida.

Neste contexto, a integração social é vista como resultado da escolha ou decisão do indivíduo, de sua autonomia e capacidade de decidir. Além disso, nessa necessidade de integração entre o individual e o social, o controle das emoções, com a vergonha associada a uma moral social e religiosa, parecia evidenciar uma particularidade em relação ao suicídio, pois, conforme afirma Perrot (2009), por volta do século XVIII não era raro que os suicídios fossem motivados pela falência, a qual era vista não somente como um fracasso, mas como um erro, uma queda no sentido moral, tanto que o pagamento de dívidas era visto como uma reparação e sua reabilitação percebida como algo valoroso.

Corbin (2009) ressalta que, ao longo da história, o fruto das mudanças econômicas, sociais, nos costumes das pessoas e do progresso da individualização parece ter produzido também novos sofrimentos íntimos, como a insatisfação com a imagem de si mesmo, a confusão nas ambições, e, além disso, ter provocado desordem, inquietações e irresoluções exacerbadas pelo contexto da competição entre as pessoas. Este autor prossegue com a descrição do que chama de fonte convergente de mal-estar revelada nas leituras de documentos íntimos daquela época, como no trecho a seguir.

[...] O estímulo ao descontentamento, a difamação de si e o sentimento de insuficiência são dados pelo esforço individual para construir sua própria personalidade sob a influência do olhar do outro. Além disso, parece existir um esgotamento pessoal e um aumento da preocupação profissional devido o caráter competitivo da existência. Cresce o temor do fracasso; a necessidade de uma perpétua adaptação; a angústia do abandono parece gerar certo medo de viver. O vazio da alma e do coração, ao manifestar-se, passa a ser sentido como uma infelicidade. A contrariedade traduz um sentimento de culpa em relação a si mesmo (Corbin, 2009, p. 525).

Essa caracterização está associada ao fato de que, em relação à tomada de decisão e certo afrouxamento com relação ao curso de vida individual, na sociedade moderna os indivíduos podem e (devem) precisam decidir. Para Tourinho (2009), tomar decisões torna-se uma parte rotineira da vida. Os indivíduos devem tomar decisões por si mesmos, pois não estão disponíveis contextos de suporte para tomadas de decisão. Para Tourinho, “essa é a autoimagem de autonomia do homem moderno” (p 45). Decidir diante de um contexto caracterizado por “tensão interna”, por uma ênfase na autonomia, por uma ideia de liberdade sobre si, pode levar a pessoa a tirar sua própria vida.

Percebe-se que o princípio da propriedade privada estruturado ao longo dos séculos com o desenvolvimento econômico repercute diretamente na noção de soberania das pessoas sobre suas próprias vidas e sobre seus corpos e a de outros. Essa característica da civilidade traz consequências indesejáveis na medida em que o suicídio é a marca última da soberania, assim como, para Perrot (2009), o erro é a marca última da responsabilidade.

A noção de consequência indesejada para o entendimento do suicídio pode ser elaborada considerando o que Perrot (2009) discute ao afirmar que na vida em sociedade, em um grupo como o familiar, por exemplo, existe um sistema de autoridade que funciona a partir de uma lógica particular exercendo influência sobre a vida de seus membros, o que o autor denomina de uma espécie de “sentimento familiar”. Esse sentimento pode gerar tensões e patologias específicas. “As taxas de filhos ilegítimos, a propensão para o suicídio, as formas de violência e até as opiniões políticas são condicionadas por esse parâmetro fundamental” (p. 105). Então, o que se esperaria desse sistema de autoridade deveria ser uma estrutura de diretrizes formais e informais responsáveis pela manutenção da vida dos membros do grupo. Porém, a noção de autonomia e liberdade individuais percebidas pelas pessoas desse grupo, desenvolvida até então na sociedade ocidental, condiciona a emergência de conflitos e discordâncias no interior do próprio grupo e cria também condições para respostas escapistas como o suicídio.

A percepção do aumento do número de casos de suicídio como um produto do processo de civilização, com o surgimento da noção de indivíduo autônomo, relaciona-se à emergência e à instalação e aumento do sofrimento individual masculino e feminino, e, por conseguinte, na possibilidade do indivíduo decidir por autodestruir-

se. (Corbin, 2009). Ainda segundo Corbin “o gesto privado é também ele um grito, um desesperado apelo contra o fracasso da comunicação, uma indisposição do desejo de viver e o crescimento da sensação de insegurança” (p. 524). Vincent (2009) afirma que o suicídio é o ponto culminante da vida privada.

No século XIX, os primeiros estudos sobre suicídio apontam para o fato de que, naquele século, os solteiros, viúvos e divorciados predominavam como fatores de risco para o suicídio, talvez pela não integração social. Por outro lado, estar casado e/ou a presença de filhos se constituíam como fatores protetores contra a tentação de autodestruir-se (Corbin, 2009).

Corbin (2009), com base em pesquisa documental, afirma que entre 1860 e 1865 as causas de tentativa de suicídio e de suicídio foram agrupadas na forma de categorias, como “amor, ciúmes, mau comportamento” e estas precedem a miséria e os problemas familiares na hierarquia. Havia no século XIX o predomínio do suicídio em homens na proporção de três vezes mais do que em mulheres e parecia que a vulnerabilidade à autodestruição crescia com a idade. Além disso, naquele momento, os intelectuais, profissionais liberais e militares do Exército suicidavam-se com mais frequência que a média dos indivíduos. Por outro lado, os indivíduos sem profissão são mencionados com uma propensão ao suicídio. Assim, segundo Cobin, no século XIX pode-se pensar que o desejo pelo suicídio se intensifica conforme se eleva o nível de cultura e o grau de consciência individual.

Ressalta-se que, para Cobin (2009), diferentemente do que alguns autores afirmam (e.g. Werlang & Botega, 2004), em meados do século XIX “a presença do sol, o espetáculo da atividade, a beleza natural incitam as pessoas a se matarem mais que a intimidade vespertina, as angústias da noite ou o frio do inverno” (p. 553). Ainda sobre esse período da história, Corbin apresenta alguns dados que divergem de maneira importante das informações epidemiológicas recentes acerca do suicídio: ocorriam na sua maioria pela manhã ou à tarde; decresciam no período entre a sexta-feira e o domingo; e aumentavam de janeiro a junho.

Em meados do século XX, alguns fatores disposicionais são marcantes na sociedade americana e que podem manter presentes, no cotidiano de seus membros, condições para instalar ou realçar o contato com aspectos da vida individual favoráveis ao suicídio. Esses fatores são relatados por Body-Gendrot (2009) do seguinte modo:

[...] A cultura dos medos individuais e coletivos ocupa um lugar importante no sistema dos meios de comunicação americanos. Câncer, aids, depressão nervosa, hecatombe da juventude por acidente, overdose ou suicídio do lado individual, terrorismo “cego” ou apocalipse atômico (*O dia seguinte*) do lado coletivo, tudo isso é mostrado ou imaginado pela imprensa e pela televisão com um deleite que responde visivelmente a uma expectativa. Alimentam os medos e as angústias, causada pelos monstros, pelos erros da ciência ou pela guerra, a morte ocupa as telas de cinema e de tevê (pp. 526-527).

Em relação à sociedade Moderna, Fensterseifer e Werlang (2006) afirmam que “é ingênuo e totalmente equivocado pensar que o suicídio é o representante, apenas, de uma patologia individual, ou mesmo pensar que os indivíduos que aventam se matar e aqueles que efetivamente consomem este pensamento são raridades ou focos isolados” (p.41). Isso permite reforçar a ideia de que as condições em que o suicídio se instala podem ser vistas como consequências do modo como a sociedade se estrutura, ou seja, de uma espécie de adoecimento social.

Sobre a relação indivíduo-grupo, Kalina e Kovadloff (1983) afirmam que, quando o sujeito comete o suicídio, morre com ele a proposta de um grupo, de uma comunidade. Além disso, afirmam que existe uma profunda correlação entre a pessoa que se mata, a família dessa pessoa, e, conseqüentemente, a sociedade da qual faz parte ou fazia parte. Elias (1994) ressalta que a regulação comportamental do grupo familiar determinará, por exemplo, os patamares de vergonha, repugnância e do embaraço de cada sociedade.

Ao se considerar o sentido que os processos de civilização propostos por Elias (1990) sugerem para a relação indivíduo-grupo, entende-se que a categoria “proposta do grupo” diz respeito a um conjunto de competências que representam as características comportamentais de uma comunidade específica e que deveriam garantir a sobrevivência das relações entre seus membros, mesmo que de maneira não planejada ou intencional. Essas competências são produzidas com o desenvolvimento do individualismo, da autonomia, da noção de liberdade, do livre arbítrio e do autocontrole. Em uma sociedade em que seus membros “optam”, “decidem”, “escolhem”, autodestruir-se parece que, de uma forma particular, está presente na proposta advinda com a civilidade – o autocontrole. Por outro lado, esse mesmo autocontrole está vinculado também ao processo de autoeliminação dos indivíduos membros da sociedade.

Parece que, com os processos de civilização, além da privatização do autocontrole houve uma espécie de complexificação do modo pelo qual o autocontrole foi se estabelecendo. Isto é, houve uma ampliação no modo como a análise e o planejamento das ações por parte das pessoas foram ocorrendo.

Ao considerar o sofrimento humano, a ideia não é que os processos de civilização “fracassaram”, pois o aumento do grau de complexidade nas relações entre as pessoas com a mudança nos modos de produção foi e é algo necessário e inevitável. Mas, os estudos dos processos gerais de longo prazo parecem demonstrar conseqüências expressas históricas, por um lado, na existência de um indivíduo autônomo e independente, que no relacionamento com as outras pessoas do seu grupo pode se desenvolver e experimentar graus diferentes de sentimentos, dentre os quais o sofrimento pessoal e decidir tirar sua própria vida. De outro modo, as relações entre as pessoas na sociedade moderna mantêm contextos favoráveis ao surgimento e manutenção destas condutas autodestrutivas, como, por exemplo, o sentimento de vergo-

nha, a competição e a limitada efetivação de políticas públicas que visem o cuidado com a saúde mental de seus membros.

Os limites da individualidade autônoma dizem respeito ao fato de que a sociedade moderna gerou o indivíduo autônomo e interdependente. Estes modos de vida estão presentes no modo de vida de cada indivíduo e emergem conforme uma necessidade contextual, pois, segundo Tourinho (2009), com a modernidade, “as motivações que impulsionam o homem para o enriquecimento passam a ser vistas como virtudes necessárias para o progresso econômico” (p. 48). E, nesse sentido, essa busca poderá ser geradora de competição, conflito, frustração, incertezas etc.

O suicídio pode ser visto dentro de um contexto em que a modernidade, resultado dos processos de civilização, possibilitou o desenvolvimento de mecanismos pessoais voltados para diferentes formas e funções do controle das emoções, da experiência e noção de vida privada, de autonomia e de liberdade, também necessários para que as pessoas deem conta das demandas diárias. Por outro lado, essas experiências também podem ser percebidas como presentes nos quadros descritivos dos sofrimentos humanos, os quais podem facilitar, conforme o contexto histórico e imediato em que a pessoa vive, a instalação ou emergência de estratégias de resolução de problemas cotidianos indesejáveis para o grupo, porém funcional para o indivíduo, como o suicídio.

O processo civilizador possibilitou que a decisão final sobre o caminho que o indivíduo vai desenvolver em sua vida, seu corpo, suas escolhas e as decisões sobre seu destino, a partir de determinado momento da vida sejam experienciadas no âmbito individual e não mais com o consentimento dos pares. Essa mudança de *locus* de controle ocorreu a partir da dinâmica das transformações sociais ocorridas e sua respectiva correspondência nas alterações sobre a estrutura psicológica dos indivíduos dessas sociedades, e vice-versa, conforme proposto por Elias (1993) ao enfatizar que a sociogênese e a psicogênese não podem ser compreendidas separadamente.

O Estado cria instrumentos que lidam com algumas consequências dos sofrimentos humanos por meio de instituições voltadas ao tratamento em saúde mental, para o cuidado à saúde de indivíduos com depressão, dependentes de substâncias psicoativas, entre outros, por exemplo. Quando essas instituições são frágeis em sua estrutura, insuficientes em sua quantidade, desvinculadas dos propósitos previstos nas políticas de assistência existentes, principalmente no que diz respeito à noção de interdependência entre as instituições que formam a rede de assistência à saúde, o Estado se torna responsável pela manutenção de uma sociedade adoecida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, objetivamos entender como o suicídio, como uma expressão de autogerência, poderia ser analisado a partir da dinâmica das transformações nos costumes sociais. A ideia não é a de responsabilizar o advento da Modernidade pela exis-

tência ou aumento do suicídio na sociedade atual, mas pensar que o processo de civilização, em alguma medida, de modo não intencional, desenvolveu a autogerência das pessoas, de forma pública e privada, e essa autogerência possibilita que os indivíduos decidam pelo suicídio. A decisão, e em certos casos a permissão pelo suicídio, outrora experienciada com os pares e em razão de algumas situações, foi interiorizada no indivíduo, agora autônomo.

Com o advento da civilidade, há a instalação da subjetividade e do autocontrole, do sentimento de vergonha, a emergência de uma vida privada material e individual, a ideia de enclausuramento de parte da vida individual em si mesmo, e assim, a noção de vida psicológica. Além disso, a proposta de Elias ressalta que com a emergência do capitalismo houve um aumento da complexidade das relações entre as pessoas e também a necessidade de os indivíduos tomarem decisões acerca de sua vida pessoal, diferentemente do que se via na sociedade medieval.

Em relação ao desenvolvimento do autocontrole, primeiramente as regras de etiqueta promovem o autocontrole em relação à regulação da vida estética e social; e, posteriormente, esse mecanismo regula a expressão dos sentimentos, principalmente da agressividade, em uma espécie de interiorização do controle das emoções. O Estado torna-se o detentor do controle da agressividade das pessoas e o único com a prerrogativa de utilizá-la como ferramenta de mediação dos conflitos entre os membros do grupo, para a promoção e manutenção do bem-estar. Como resultado dessa espécie de monopólio da violência pelo Estado, ocorre à privatização da tensão “no indivíduo”. A tensão, não só no âmbito da agressividade, mas em todos os níveis que envolvem a “vida psicológica”, originada do sucesso e do fracasso, tão evidente com o Capitalismo, por exemplo, pode estar relacionada à qualidade da saúde mental de cada indivíduo.

Além disso, o suicídio como ato de autogoverno sobre a vida e, em particular do próprio corpo surge também como condições potenciais não previstas por ocasião do autocontrole. Com a sociedade Moderna, a percepção e a valorização da interdependência entre as pessoas ficaram esquecidas dentro dos “muros” da autonomia e da individualidade, pois, a qualidade das configurações relacionais (interdependência) parece ter se tornado com durabilidade rápida e de natureza mais volátil.

Com este estudo podemos entender que o homem parece ter criado uma sociedade que gera indivíduos com características comportamentais que o definem como tal, ou seja, alguém que é capaz de tomar decisões, escolher seu futuro, autocontrolar-se, sentir e viver um mundo privado dissociado da vida dos demais membros da sociedade em que vive.

Parece que, enquanto um processo que ainda está ocorrendo, a relação entre as condições e os produtos da civilidade, principalmente aqueles relativos ao sofrimento humano, merecem ainda uma atenção mais efetiva do Estado. Tal atenção deveria visar à manutenção de um contexto de vida em que os indivíduos possam aprender a

decidir, escolher, autocontrolar-se por meio de uma lógica mais hábil na direção da manutenção da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio. Bettine.; Cobertt, Claus Augusto.; Gutierrez, Gustavo Luis.. O Processo Civilizatório da Marcialidade e a Figura Feminina. **Movimento & Percepção**, 10(14), p. 1679-8678, 2009.
- ALVES, Catharina Edna Rodriguez.. *O Processo Civilizatório e o estudo do desenvolvimento humano como objetivos contemporâneos*. In XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. **Anais do simpósio do XII Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Recife, Novembro de 2009. Texto completo recuperado de <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites>.
- ÁRIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In ÁRIES, Philippe & ROGER. Chartier (Orgs.), **História da vida privada, Volume 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 7-19, 1991.
- BODY-GENDROT, S. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In ÁRIES, Pjilippe & DUBY, George. (Orgs.), **A História da Vida Privada, Volume 5: Da primeira guerra aos nossos dias**. Tradução de Denise Bottiman. São Paulo: Companhia das Letras, p. 526-527, 1991
- BRANDAO, Carlos Fonseca.. A sociologia figuracional de Norbert Elias. In ALONSO, Bezerra de Carvalho. & SILVA, Wiltom Carlos Lima (Orgs.), **Sociologia e Educação: leituras e interpretações**. São Paulo: AverCamp, 2006. p. 77-94.
- CONTAMINE, Philippe. A emergência do indivíduo. In DUBY, George. (Org.), **História da Vida Privada, Volume 2: Da Europa feudal à Renascença**. Tradução de M.L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p 503-526.
- CORBIN, Alain. Gritos e cochichos. In PERROT, Michelle (Org.), **História da Vida Privada, Volume 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, Tradução de Denise Bottimann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 525-568
- DUBY, George. A solidão nos séculos XI-XIII. In DUBY, George (Org.), **História da Vida Privada, Volume 2: Da Europa feudal à Renascença**. Tradução de M.L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 528-535.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FENSTERSEIFER, Liza, Werlang, Bianca, Susana. Guevara. Comportamentos autodestrutivos, subprodutos da pós-modernidade? **Psicologia Argumento**, 24(47), p 35-44. Out.-dez.2006.



- GEBARA, Ademir. **Conversas sobre Norbert Elias - Depoimentos para uma história do pensamento sociológico**. Coleção Norbert Elias. Tradução LIMA, Raquel Gebara Garcia e GEBARA, Ademir. Piracicaba, SP: FCB - Biscalchin Editor, 2005.
- HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In M. Perrot (Org.) **História da Vida Privada**, Volume 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottimann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p 18-46.
- KALINA, Eduardo, Kovadloff, Santiago. **As cerimônias de destruição**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.
- LANDINI, Tatiana Savóia. A sociologia processual de Norbert Elias. In IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. **Anais do IX Simpósio internacional Processo Civilizador**. Ponta Grossa, Paraná, Brasil. 2005.
- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso, Godoy, Leticia. As referências de Pierre Bordieu e Norbert Elias na Revista Brasileira de Ciência do Esporte: mapeando tendências de apropriação e de produção de conhecimento na área da educação física (1979-2007). **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 199-214, jan. 2009
- PERROT, Michele. A Família Triunfante. In M. Perrot (Org.), **História da Vida Privada, Volume 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, Tradução de Denise Bottimann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p 79-80
- TOURINHO, Emmanuel. Zagury. Mundo interno e autocontrole. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, 1(2), 21-36. 2006
- TOURINHO, Emmanuel. Zagury. **Subjetividade e relações comportamentais**. São Paulo: Paradigma, 2009.
- TOURINHO, Emmanuel. Zagury, Carvalho-Neto, Marcos Bentes, Neno, Simone. A psicologia como campo do conhecimento e profissão de ajuda. **Estudos de Psicologia**, 91(1), p 17-24, 2004.
- VEYNE, Paul. O Império Romano. In P. Veyne (Org.). **A História da Vida Privada, Volume 1: do Império Romano ao ano Mil.**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras. p. 17-212 2009.
- VIANNA, Nildo. Indivíduo e Sociedade em Norbert Elias. **Estudos/UCG (Goiânia)**, 28(5), p. 931-946, 2001.
- VINCENT, Gerdard. Como morrer? In ÁRIES, Philippe & DUBY, George. (Orgs.), **A História da Vida Privada, Volume 5: Da primeira guerra aos nossos dias**. Tradução de Denise Bottiman. São Paulo: Companhia das Letras, p. 317-318, 2009.
- WERLANG, Blanca. Guevara. Botega, Neury José. **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ZIMMERMAN, Tania. Regina. Apontamentos sobre civilização e a violência em Norbert Elias. **História e Reflexão**, 2(4), p. 1-10, 2008.

*Artigo recebido em 29 de julho de 2015.*

*Aprovado em 31 de maio de 2016.*